



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 176/2024

Processo Número: **10319/2024** | Data do Protocolo: 24/04/2024 18:31:30



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100340032003200300032003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, que combinado com o artigo 166 da Consolidação do Regimento Interno, requero que seja oficiado a Secretaria de Parceria em Investimentos do Estado de São Paulo, na figura de seu Secretário, Sr. Rafael Benini, para que forneça as seguintes informações a respeito do Projeto da Nova Raposo – Instalação de Pedágio na Região Metropolitana de São Paulo:

1. Considerando que os munícipes da capital, e toda a região, não foram suficientemente informados sobre a realização de audiências públicas. Solicitamos informações se estão agendadas audiências públicas para a participação da população? Onde serão essas audiências públicas e quando? Especifique os dados a cada uma das perguntas feitas.
2. Devido ao impacto significativo no ambiente onde será feita a instalação dos pedágios, foram feitos levantamentos sobre o impacto ambiental? Quem fez esse levantamento de dados? Especifique a organização que fez esse levantamento e solicitamos cópia desses dados sobre o impacto ambiental dos pedágios.
3. Quais foram os procedimentos administrativos já realizados sobre a concessão e instalação de pedágios na capital e intermediações? Solicitamos não apenas o que consta na página da ARTESP, mas também detalhes específicos sobre o impacto ambiental e tratamento que será dado aos moradores da região.
4. Onde estão os dados de acesso ao EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental sobre toda a extensão da região metropolitana de São Paulo? Especifique esses dados e sua consolidação enviando cópia desses estudos.
5. Quais os nomes dos técnicos com inscrição no CREA que tenham sido responsáveis pelo projeto sob debate e o que poderá ser obtido junto à ARTESP?

JUSTIFICATIVA

I – DA LEI DE TRANSPARÊNCIA

A Lei nº 12.527/2011 abrange expressamente os assuntos referentes aos Municípios, e em seu artigo 7º expressa:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

VI - Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos;

O presente requerimento diz respeito a uma parceria público privada em andamento, por meio da ARTESP e da Secretaria de Parcerias em Investimentos, portanto, perfeitamente dentro do escopo da Lei de Transparência.





II – DA FALTA DE CLAREZA À POPULAÇÃO AFETADA

Toda a população da capital e região metropolitana foi surpreendida em 09/04/24 quando abarcada com notícia veiculada pelo Estadão[1], a qual informava que o Estado de São Paulo estaria planejando a instalação de tuneis e pedágios, por exemplo, no trecho Cotia-Capital.

Os moradores próximos à Rodovia Raposo Tavares sequer possuíam noção da possibilidade da instalação de novos pedágios, isso porque não foram informados sobre a realização de qualquer audiência pública, funcionamento do pedágio ou possibilidade de impacto ambiental.

Inclusive, tal fato tem sido objeto de muito questionamento porque, a título de exemplo, a zona oeste da capital utiliza muito a SP-270 em trecho conturbado com as cidades vizinhas[2].

Na página da ARTESP[3] consta que o processo já encontra em fase de expedição de edital para a concessão, todavia, pouco se tem informação sobre as audiências públicas que ocorreram.

Intentando compreender a dinâmica do plano de parceria em andamento, a Deputada precisou elaborar o presente requerimento, inclusive para auxiliar a população a compreender o que planeja o Estado.

III – DO PRAZO PARA RESPOSTA

A Lei nº 12.527/2011 estabeleceu, como regra, o acesso imediato à informação requerida.

Todavia, caso a autorização imediata não seja possível, **o prazo limite passa a ser de 20 (vinte) dias**, vejamos:

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Justifica-se o presente Requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

[1]<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/raposo-tavares-tuneis-acessos-pedagios-novas-faixas-sao->





p a u l o -
cotia/#:~:text=O%20projeto%20prev%C3%AA%20duplicar%2036,e%2073%20pontos%20de%20%C3%B4nibus.

[2]<https://cbn.globo.com/sao-paulo/noticia/2024/04/18/moradores-do-entorno-da-rodovia-raposo-tavares-reivindicam-debate-sobre-os-impactos-de-nova-concessao.ghtml>

[3]<https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/lote-nova-raposo/>

Monica Seixas do Movimento Pretas



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100390030003800360038003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100390030003800360038003A005000

Assinado eletronicamente por **Monica Seixas do Movimento Pretas** em 24/04/2024 18:26

Checksum: **D67438F3110CFFDDA8BC81600ABFCBF53F9D6E63D2A30A6F0EB2FD3599B3A0D5**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100390030003800360038003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.